

NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celulose Irani S.A. (“Companhia”) está listada na bolsa de valores de São Paulo e tem sede na cidade de Porto Alegre, RS. A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de papel, embalagem de papelão ondulado, industrialização de produtos resinosos e seus derivados, bem como o comércio de móveis com predominância de madeira. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº4.

Em 2010, a Administração da Companhia decidiu descontinuar as operações de móveis, conforme descrito na nota explicativa nº35.

Também em 2010 observou-se uma melhora nas atividades operacionais em função da captura dos benefícios do projeto de investimento (Projeto Superação) implementado em 2007/2008 e pelas melhores condições de mercado. Neste mesmo ano foi reestruturada a dívida da Companhia com uma emissão de debêntures em 12 de abril de 2010 no montante de R\$ 100.000 e prazo de 5 anos, e uma emissão de CRI – certificados de recebíveis imobiliários em 03 de agosto de 2010 no montante de R\$ 40.833 e prazo de 3 anos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2011.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, sendo estas as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o IFRS pela Companhia, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais divergem das práticas do IFRS apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas quanto a avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, onde seriam registrados a custo ou valor justo, em conformidade com o IFRS.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas controladores, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Essas demonstrações financeiras consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”). Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 43. Os efeitos da adoção dos IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 5.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior há 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as perdas históricas, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de produção ou de aquisição, e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

e) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação do Grupo no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

g) Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

h) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas de pinus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pinus estão localizadas próximas a fábrica de Celulose e Papel em Santa Catarina, e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo menos as despesas de venda em cada trimestre, sendo a variação de cada período reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos.

i) Avaliação do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de imobilizado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável.

j) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

São provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A Companhia adota a taxa vigente de 34% para apuração de seus impostos.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, reserva de reavaliação e dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

k) Empréstimos e financiamentos, debêntures e cédula de crédito imobiliário - CRI

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

l) Instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo na data do balanço em contrapartida de receitas ou despesas financeiras no resultado do período.

m) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional e registrados no resultado do exercício. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na nota explicativa nº 15.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

o) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das

demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a, seleção de vida útil dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

q) Reconhecimento das receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

r) Lucro por ação básico e diluído

Calculado com base na média ponderada das ações em circulação durante o exercício.

s) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de comparação das demonstrações financeiras.

- t) Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes.

Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

- **IFRS 9, "Instrumentos Financeiros"**, emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia. A Companhia está em processo de avaliação dos possíveis impactos da adoção desse pronunciamento nas demonstrações financeiras.
- **IAS 24 Revisado (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas"**, emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida.

A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo. A Companhia aplicará a norma revisada a partir de 1º de janeiro de 2011. Quando a norma revisada é aplicada, a Companhia e a controladora precisarão divulgar quaisquer transações entre suas controladas e coligadas. A Companhia está atualmente operando sistemas apropriados para captar as informações necessárias. Portanto, não é possível, neste estágio, divulgar o impacto, se houver, da norma revisada sobre as divulgações de partes relacionadas.

- **"Classificação das Emissões de Direitos" (alteração ao IAS 32)**, emitida em outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 1º de fevereiro de 2010. Aplicação prévia é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros". A Companhia não possui operações que estejam sujeitas a essas modificações.

- **IFRIC 14, “Pagamentos antecipados de requerimento mínimos de provimento de fundos”.** O IFRIC emitiu alterações na interpretação 14, a qual são aplicáveis em limitadas circunstâncias quando uma entidade é sujeita a requerimentos mínimos de provimento de fundos e efetua um pagamento antecipado de contribuições para cobrir estes requerimentos. Estas alterações são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2011. A Companhia entende que as alterações desta interpretação não impactarão suas demonstrações financeiras consolidadas.
- **IFRS 7, “Divulgações – Transferências de Ativos Financeiros”.** O IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 7. Esta alteração tem o objetivo de adicionar divulgações que permitam ao usuário das demonstrações financeiras avaliar o risco de exposição relativo à transferência de ativos financeiros e os efeitos destes riscos sobre a posição financeira da entidade. A alteração da norma IFRS 7 é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2011. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta alteração em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.
- **Melhoria anual das IFRS de maio de 2010.** Em maio de 2010, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 1, IFRS3, IFRS7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. As alterações das normas IFRS 3, IFRS 7 e IAS 27 são efetivas para períodos anuais iniciados em/ou após 01/07/2010. As demais alterações de normas são efetivas para períodos anuais iniciados em/ou após 01/01/2011. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação destas normas e interpretação em suas demonstrações financeiras consolidadas.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Celulose Irani S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)		
Empresas controladas - participação direta	2010	2009
Habitasul Florestal S.A.	100,00	100,00
Irani Trading S.A.	99,98	99,98
Meu Móvel de Madeira LTDA.	99,93	99,77
HGE - Geração de Energia Sustentável	99,98	99,98

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela controladora. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data base da controladora.

As operações de cada uma das controladas estão relacionadas na nota explicativa nº 14.

5. ADOÇÃO INICIAL DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis, convergentes ao IFRS, a Companhia seguiu as premissas definidas no CPC 37 – Adoção Inicial das IFRSs e CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

A Companhia adotou as seguintes exceções obrigatórias e isenções opcionais na adoção dos novos pronunciamentos:

Com base no CPC 37 (equivalente ao IFRS 1), é permitida na adoção inicial dos novos pronunciamentos, conforme permitido pelo CPC 37 (equivalente ao IFRS 1 na data de transição):

- (i) Mensuração do ativo imobilizado e intangível ao valor justo: a Companhia optou por remensurar seu ativo imobilizado a valor justo (deemed cost) na data de transição para a classe de terras, edificações e máquinas, e optou por manter as demais classes de ativos que compõe os saldos registrados com base em seu custo histórico de aquisição;
- (ii) Combinações de negócios: a Companhia optou por não remensurar combinações de negócios ocorridas antes da data de transição para os novos pronunciamentos;
- (iii) Planos de benefícios a empregados: a Companhia não possui planos de benefícios a empregados;
- (iv) Adoção inicial em controladas e empreendimentos em conjunto: a Companhia não possui empreendimentos em conjunto e adotou para suas controladas os novos pronunciamentos na mesma data de sua transição;
- (v) Contabilização de pagamentos baseados em ações: a Companhia não possui operações de pagamentos baseados em ações na data de transição;
- (vi) Contratos de concessão e contratos de seguros: a Companhia não possui contratos de concessão de serviços públicos, nem contratos de seguros que se enquadrem no escopo da isenção, na data de transição;
- (vii) Ajuste de estimativas: com exceção da revisão da vida útil dos ativos imobilizados (nota explicativa 15) a Companhia não efetuou nenhum ajuste nas estimativas utilizadas anteriormente na data de transição.

O quadro abaixo detalha os principais efeitos da adoção dos novos pronunciamentos contábeis, em relação às práticas contábeis adotadas anteriormente no balanço patrimonial e patrimônio líquido da Companhia, individual e consolidado, em 01 de janeiro de 2009 (data de transição) e 31 de dezembro de 2009, além da demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

CELULOSE IRANI S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DE ABERTURA - 01.01.2009

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Referência	Controladora			Consolidado		
		1/1/2009	Ajustes	Ajustado	1/1/2009	Ajustes	Ajustado
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		1.226	-	1.226	1.370	-	1.370
Contas a receber de clientes	g)	48.496	4.831	53.327	49.364	4.831	54.195
Estoques		33.571	-	33.571	35.616	-	35.616
Impostos a recuperar		12.273	-	12.273	12.789	-	12.789
Imposto de renda e contribuição social diferidos	a)	2.884	(2.884)	-	2.884	(2.884)	-
Dividendos a receber		2.541	-	2.541	-	-	-
Bancos conta vinculada		3.340	-	3.340	3.340	-	3.340
Outras contas a receber		9.273	-	9.273	9.551	-	9.551
		<u>113.604</u>	<u>1.947</u>	<u>115.551</u>	<u>114.914</u>	<u>1.947</u>	<u>116.861</u>
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
Impostos a recuperar		8.111	-	8.111	8.169	-	8.169
Imposto de renda e contribuição social diferidos	a)	42.288	560	42.848	42.288	560	42.848
Depósitos judiciais	b)	-	7.210	7.210	-	7.210	7.210
Outras contas a receber		-	-	-	242	-	242
Créditos com pessoas ligadas		3.676	-	3.676	-	-	-
Investimentos	c), d), e)	30.512	77.739	108.251	-	-	-
Imobilizado	c), d), e)	299.537	396.526	696.063	317.078	427.055	744.133
Ativos biológicos	c)	41.892	116.165	158.057	45.754	175.588	221.342
Intangível	e)	33.543	(33.543)	-	33.543	(33.543)	-
Diferido	f)	1.552	(1.552)	-	1.552	(1.552)	-
		<u>461.111</u>	<u>563.105</u>	<u>1.024.216</u>	<u>448.626</u>	<u>575.318</u>	<u>1.023.944</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>574.715</u>	<u>565.052</u>	<u>1.139.767</u>	<u>563.540</u>	<u>577.265</u>	<u>1.140.805</u>

CELULOSE IRANIS.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DE ABERTURA - 01.01.2009

(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Referência	Controladora			Consolidado		
		1/1/2009	Ajustes	Ajustado	1/1/2009	Ajustes	Ajustado
CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	g)	112.690	4.831	117.521	112.990	4.831	117.821
Fornecedores		41.427	-	41.427	41.482	-	41.482
Obrigações sociais e previdenciárias		6.588	-	6.588	6.974	-	6.974
Obrigações tributárias		6.149	-	6.149	6.434	-	6.434
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários		4.777	-	4.777	4.777	-	4.777
Parcelamentos tributários		3.763	-	3.763	3.880	-	3.880
Adiantamento de clientes		1.310	-	1.310	1.626	-	1.626
Partes relacionadas		6.968	-	6.968	6.968	-	6.968
Dividendos a pagar		32	-	32	32	-	32
Outras contas a pagar		5.274	-	5.274	5.203	-	5.203
		<u>188.978</u>	<u>4.831</u>	<u>193.809</u>	<u>190.366</u>	<u>4.831</u>	<u>195.197</u>
NÃO CIRCULANTE							
Exigível a longo prazo							
Empréstimos e financiamentos		255.063	-	255.063	255.063	-	255.063
Partes relacionadas		14.713	-	14.713	1.161	-	1.161
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	b)	52.132	7.210	59.342	52.387	7.210	59.597
Parcelamentos tributários		11.663	-	11.663	12.397	-	12.397
Imposto de renda e contribuição social diferidos	a) d)	2.223	178.288	180.511	2.223	190.496	192.719
		<u>335.794</u>	<u>185.498</u>	<u>521.292</u>	<u>323.231</u>	<u>197.706</u>	<u>520.937</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		63.381	-	63.381	63.381	-	63.381
Ações em tesouraria		(44)	-	(44)	(44)	-	(44)
Reserva de reavaliação	a)	15.993	(3.970)	12.023	15.993	(3.970)	12.023
Reserva de lucros a realizar	c)	-	97.866	97.866	-	97.866	97.866
Ajustes de avaliação patrimonial	d)	-	281.851	281.851	-	281.851	281.851
Prejuízos acumulados		(29.387)	(1.024)	(30.411)	(29.387)	(1.024)	(30.411)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		<u>49.943</u>	<u>374.723</u>	<u>424.666</u>	<u>49.943</u>	<u>374.723</u>	<u>424.666</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>5</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>574.715</u>	<u>565.052</u>	<u>1.139.767</u>	<u>563.540</u>	<u>577.265</u>	<u>1.140.805</u>

CELULOSE IRANI S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31.12.2009

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Referência	Controladora			Consolidado		
		31/12/2009	Ajustes	Ajustado	31/12/2009	Ajustes	Ajustado
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		2.913	-	2.913	3.025	-	3.025
Contas a receber de clientes		59.227	-	59.227	61.457	-	61.457
Estoques		31.761	-	31.761	32.659	-	32.659
Impostos a recuperar		6.755	-	6.755	6.775	-	6.775
Imposto de renda e contribuição social diferidos	a)	576	(576)	-	576	(576)	-
Dividendos a receber		5.969	-	5.969	-	-	-
Bancos conta vinculada		12.202	-	12.202	12.202	-	12.202
Outras contas a receber		10.908	-	10.908	10.948	-	10.948
		<u>130.311</u>	<u>(576)</u>	<u>129.735</u>	<u>127.642</u>	<u>(576)</u>	<u>127.066</u>
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
Impostos a recuperar		5.038	-	5.038	5.038	-	5.038
Imposto de renda e contribuição social diferidos	a)	13.397	(1.879)	11.518	13.397	(1.879)	11.518
Depósitos judiciais	b)	-	7.570	7.570	-	7.570	7.570
Outras contas a receber		1.434	-	1.434	1.663	-	1.663
Créditos com pessoas ligadas		2.730	-	2.730	-	-	-
Investimentos	c), d), e)	73.446	105.957	179.403	458	-	458
Imobilizado	c), d), e)	238.821	331.461	570.282	294.189	415.220	709.409
Ativos biológicos	c)	39.246	104.635	143.881	42.816	156.927	199.743
Intangível	e)	33.543	(33.543)	-	33.543	(33.543)	-
Diferido	f)	1.163	(1.163)	-	1.163	(1.163)	-
		<u>408.818</u>	<u>513.038</u>	<u>921.856</u>	<u>392.267</u>	<u>543.132</u>	<u>935.399</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>539.129</u>	<u>512.462</u>	<u>1.051.591</u>	<u>519.909</u>	<u>542.556</u>	<u>1.062.465</u>

CELULOSE IRANI S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31.12.2009

(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Referência	Controladora			Consolidado		
		31/12/2009	Ajustes	Ajustado	31/12/2009	Ajustes	Ajustado
CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos		134.775	-	134.775	134.775	-	134.775
Imposto de renda e contribuição social diferidos	e)	7.423	(7.423)	-	7.423	(7.423)	-
Fomecedores		37.196	-	37.196	37.352	-	37.352
Obrigações sociais e previdenciárias		7.144	-	7.144	7.184	-	7.184
Obrigações tributárias		7.309	-	7.309	7.826	-	7.826
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários		1.038	-	1.038	1.038	-	1.038
Parcelamentos tributários		3.485	-	3.485	3.620	-	3.620
Adiantamento de clientes		569	-	569	1.547	-	1.547
Partes relacionadas		306	-	306	306	-	306
Dividendos a pagar		3.872	-	3.872	3.872	-	3.872
Outras contas a pagar		11.733	-	11.733	7.485	-	7.485
		<u>214.850</u>	<u>(7.423)</u>	<u>207.427</u>	<u>212.428</u>	<u>(7.423)</u>	<u>205.005</u>
NÃO CIRCULANTE							
Exigível a longo prazo							
Empréstimos e financiamentos		168.725	-	168.725	168.725	-	168.725
Partes relacionadas		17.755	-	17.755	-	-	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	b)	19.850	7.570	27.420	20.093	7.571	27.664
Parcelamentos tributários		13.581	-	13.581	14.292	-	14.292
Obrigações tributárias		588	-	588	588	-	588
Outras contas a pagar		1.048	-	1.048	1.048	-	1.048
Imposto de renda e contribuição social diferidos	a) d)	13.107	159.227	172.334	13.107	189.315	202.422
		<u>234.654</u>	<u>166.797</u>	<u>401.451</u>	<u>217.853</u>	<u>196.886</u>	<u>414.739</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		63.381	-	63.381	63.381	-	63.381
Ações em tesouraria		(80)	-	(80)	(80)	-	(80)
Reserva de reavaliação	a)	14.379	(3.970)	10.409	14.379	(3.970)	10.409
Reserva legal		814	-	814	814	-	814
Reserva de lucros a realizar	c)	-	85.165	85.165	-	85.165	85.165
Ajustes de avaliação patrimonial	d)	-	274.479	274.479	-	274.479	274.479
Reserva de retenção de lucros		11.131	(2.586)	8.545	11.131	(2.586)	8.545
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS AÇIONISTAS CONTROLADORES		<u>89.625</u>	<u>353.088</u>	<u>442.713</u>	<u>89.625</u>	<u>353.088</u>	<u>442.713</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS AÇIONISTAS NÃO CONTROLADORES		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>5</u>	<u>8</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>539.129</u>	<u>512.462</u>	<u>1.051.591</u>	<u>519.909</u>	<u>542.556</u>	<u>1.062.465</u>

Não houveram impactos gerados nas demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, em relação aos efeitos da adoção dos novos pronunciamentos.

Os novos pronunciamentos técnicos adotados pela Companhia que tiveram impacto nas demonstrações financeiras, em decorrência das mudanças de prática com as normas vigentes anteriormente até 31 de dezembro de 2008 são demonstrados nas notas a seguir:

a) CPC 32 (equivalente ao IAS 12) – Tributos sobre o Lucro

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos devem ser apresentados nos balanços sociais como ativos e passivos não circulantes, mesmo existindo a expectativa de utilização no curto prazo.

Os ajustes de adoção do custo atribuído e valor justo de ativos biológicos devem ser ajustados pelos efeitos tributários e foi reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos.

b) CPC 39 (equivalente ao IAS 32) – Instrumentos Financeiros: Apresentação

Anteriormente a legislação societária brasileira exigia a apresentação da provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis líquida dos depósitos judiciais relacionados às provisões constituídas. A norma estabelece que a compensação de um ativo financeiro e um passivo financeiro deve ser realizada na apresentação das demonstrações financeiras quando atendidos certos requisitos, porém, a provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis não se enquadra na classificação de passivo financeiro, devendo ser apresentado os valores brutos nas demonstrações financeiras dos depósitos judiciais e da provisão para riscos fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas.

c) CPC 29 (equivalente ao IAS 41) – Ativo biológico e produto agrícola

Os ativos biológicos da Companhia, representados por suas florestas, anteriormente classificados dentro do ativo imobilizado, foram alocados para um grupo específico no ativo não circulante, denominado “ativos biológicos”, além de passarem a ser reconhecidos por seu valor justo, líquido dos custos para venda, ao invés de somente ao custo histórico conforme prática contábil anterior.

O efeito da adoção inicial do reconhecimento dos ativos biológicos a valor justo foram registrados no patrimônio líquido da Companhia, como uma “reserva de lucros a realizar”, com transferência para lucros acumulados após sua efetiva realização financeira, a ser efetuada via exaustão. Adicionalmente, o valor justo corresponde a uma diferença temporária com o registro dos impostos diferidos cabíveis.

A Companhia possui investimentos em controladas que possuem ativos biológicos registrados em suas demonstrações financeiras. A adoção dos novos pronunciamentos nas demonstrações financeiras das investidas ocorreu na mesma data da adoção dos novos pronunciamentos da controladora.

d) ICPC10/CPC 27 (equivalente ao IAS16) – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.

Na adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos, a Companhia optou por efetuar uma atribuição de custo (deemed cost) a determinadas classes de ativos imobilizados. Dessa forma, foram atribuídos custos as terras, máquinas e edificações, de forma que estes ativos refletissem seu valor justo na data de adoção dos novos pronunciamentos.

As definições dos custos atribuídos das terras, máquinas e edificações da Companhia foram apuradas com base em avaliações efetuadas por empresa terceirizada especializada, sendo os laudos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

- e) ICPC09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

O saldo de ágio na aquisição de controladas adquiridas antes da data de transição, foi alocado ao saldo de investimentos na referida controlada na demonstração financeira individual. Essas diferenças foram alocadas em suas respectivas rubricas nas demonstrações financeiras consolidadas.

- f) CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07.

A Lei nº 11.638/07 restringiu lançamento de gastos no ativo diferido, sendo que os gastos ativados que não possam ser reclassificados para outro grupo de ativos, devem ser baixados no balanço de abertura na data de transição, mediante o registro do valor contra lucros ou prejuízos acumulados.

- g) CPC 38 (equivalente ao IAS 39) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
O saldo de duplicatas cambiais descontadas, anteriormente registrados no ativo circulante, reduzindo o saldo de contas a receber de clientes das duplicatas vinculadas ao desconto, foram reclassificados para o passivo, dentro do grupo de financiamentos, em decorrência de sua natureza.

Conciliação dos efeitos da adoção dos novos pronunciamentos.

Demonstramos no quadro a seguir, a conciliação dos efeitos no Patrimônio Líquido e no Resultado, dos períodos de 01.01.2009 – Balanço de abertura, 31 de dezembro de 2009 e de 2010.

Patrimônio Líquido	Controladora e Consolidado		
	Referência	01.01.09	31.12.09
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		49.943	89.625
Valor justos dos ativos biológicos	c)	139.192	120.983
IR/CSLL sobre valor justo dos ativos biológicos	a)	(41.326)	(35.819)
Custo atribuído ao imobilizado	d)	427.055	415.220
IR/CSLL sobre custo atribuído ao imobilizado	a)	(145.204)	(140.740)
IR/CSLL diferido s/reserva de reavaliação	a)	(3.970)	(3.970)
Prejuízo acumulado no período	f)	(1.024)	(2.586)
Destinação dos ajustes para reserva legal			
Destinação dos ajustes para reserva de retenção de lucros			
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos		374.723	353.088
Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos		424.666	442.713

Demonstrações dos Resultados	Controladora e Consolidado	
	Referência	2009
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		43.590
Variação do valor justo dos ativos biológicos	c)	3.696
Custo dos produtos vendidos - exaustão valor justo dos ativos biológicos	c)	(12.120)
Custo dos produtos vendidos - reavaliação da vida útil do imobilizado	d)	-
Outras receitas / despesas operacionais	c), f)	(21.685)
IR/CSLL diferido sobre os ajustes	a)	8.470
Destinação da participação dos administradores sobre os efeitos		-
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos		(21.639)
Lucro líquido de acordo com os novos pronunciamentos		21.951

A Companhia optou pela reapresentação dos ITRs de 2010, comparativamente com os de 2009 também de forma ajustada às normas de 2010, até a data da apresentação do primeiro ITR de 2011, conforme estabelecido pela Deliberação CVM 656 de 25 de janeiro de 2011.

Atendendo o Art.2º desta mesma Deliberação, a Companhia apresenta os efeitos no resultado e no patrimônio líquido para cada um dos trimestres de 2010 e de 2009.

Estas informações Trimestrais - ITR, foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do Instituto dos Auditores Independentes - IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

Efeitos no Resultado

Demonstrações do Resultado	Referência	Consolidado			
		1T09	1T10	2T09	2T10
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		(609)	(2.066)	20.419	(4.117)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	c)	175	14.545	1.019	14.457
Custo dos produtos vendidos - exaustão valor justo dos ativos biológicos	c)	(2.667)	(2.865)	(3.337)	(3.197)
Custo dos produtos vendidos - reavaliação da vida útil do imobilizado	d)	-	1.268	-	1.071
Outras receitas / despesas operacionais	c), f)	97	97	97	97
IR/CSLL diferido sobre os ajustes	a)	412	(3.943)	115	(3.803)
Destinação da participação dos administradores		-	-	-	-
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos		(1.983)	9.102	(2.106)	8.625
Lucro líquido de acordo com os novos pronunciamentos		(2.592)	7.036	18.313	4.508

Demonstrações do Resultado

Referência	Consolidado			
	3T09	3T10	4T09	4T10
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	18.385	7.919	5.395	2.062
Variação do valor justo dos ativos biológicos	c) 1.157	23.842	1.345	(2.106)
Custo dos produtos vendidos - exaustão valor justo dos ativos biológicos	c) (3.018)	(3.404)	(3.098)	(3.987)
Custo dos produtos vendidos - reavaliação da vida útil do imobilizado	d) -	928	-	840
Outras receitas / despesas operacionais	c), f) (21.976)	97	97	(190)
IR/CSLL diferido sobre os ajustes	a) 7.945	(4.235)	(2)	4.446
Destinação da participação dos administradores			-	(3.396)
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos	(15.892)	17.228	(1.658)	(4.393)
Lucro líquido de acordo com os novos pronunciamentos	2.493	25.147	3.737	(2.331)

Efeitos no Patrimônio Líquido

Referência	1T10	2T10	3T10	4T10
Patrimônio Líquido				
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	88.038	83.921	91.840	89.620
Valor justos dos ativos biológicos	c) 119.397	117.594	115.782	113.748
IR/CSLL sobre ativos biológicos	a) (35.406)	(34.924)	(34.461)	(33.979)
Custo atribuído ao imobilizado	d) 415.103	414.925	414.622	414.033
IR/CSLL sobre custo atribuído	a) (140.700)	(140.640)	(140.537)	(140.401)
IR/CSLL diferido s/reserva de reavaliação	a) (3.970)	(3.970)	(3.970)	(3.970)
Lucro acumulado no período	7.766	17.830	36.607	-
Reserva Legal				1.840
Reserva de retenção de lucros				26.225
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos	362.190	370.815	388.043	377.496
Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos	450.228	454.736	479.883	467.116

Referência	1T09	2T09	3T09	4T09
Patrimônio Líquido				
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	49.334	69.753	88.101	89.625
Valor justos dos ativos biológicos	c) 137.179	135.080	122.951	120.983
IR/CSLL sobre ativos biológicos	a) (40.749)	(40.240)	(36.302)	(35.819)
Custo atribuído ao imobilizado	d) 427.055	427.055	415.220	415.220
IR/CSLL sobre custo atribuído	a) (145.204)	(145.204)	(140.741)	(140.740)
IR/CSLL diferido s/reserva de reavaliação	a) (3.970)	(3.970)	(3.970)	(3.970)
Prejuízo acumulado no período	f) (1.570)	(2.084)	(2.413)	(2.586)
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos	372.741	370.637	354.745	353.088
Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos	422.075	440.390	442.846	442.713

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa são representados conforme segue:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Fundo fixo	17	16	48	21	20	52
Bancos	2.195	2.897	1.178	2.445	3.005	1318
Aplicações financeiras	36.979	-	-	37.896	-	-
	<u>39.191</u>	<u>2.913</u>	<u>1.226</u>	<u>40.362</u>	<u>3.025</u>	<u>1.370</u>

As aplicações financeiras são remuneradas com renda fixa – CDB, a taxa média de 100,5% do CDI.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Contas a receber de:						
Clientes - mercado interno	77.572	59.724	50.465	82.357	63.258	52.386
Clientes - mercado externo	2.895	4.158	7.569	2.949	4.241	7.664
Controladas	2.132	671	474	-	-	-
	<u>82.599</u>	<u>64.553</u>	<u>58.508</u>	<u>85.306</u>	<u>67.499</u>	<u>60.050</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.696)	(5.326)	(5.181)	(6.406)	(6.042)	(5.855)
	<u>76.903</u>	<u>59.227</u>	<u>53.327</u>	<u>78.900</u>	<u>61.457</u>	<u>54.195</u>

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
À vencer	73.687	54.522	47.117	75.644	55.979	47.852
Vencidos até 30 dias	2.113	2.863	5.379	2.203	3.612	5.550
Vencidos de 31 a 60 dias	524	849	305	563	1.000	309
Vencidos de 61 a 90 dias	288	136	96	288	139	97
Vencidos de 91 a 180 dias	48	72	161	48	78	164
Vencidos há mais de 180 dias	5.939	6.111	5.450	6.560	6.691	6.078
	<u>82.599</u>	<u>64.553</u>	<u>58.508</u>	<u>85.306</u>	<u>67.499</u>	<u>60.050</u>

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 50 dias. A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas a mais de 180 dias com base em análise da situação financeira de cada devedor e ainda baseada em experiências passadas de inadimplência. Também são constituídas provisões para crédito de liquidação duvidosa para contas a receber vencidas a menos de 180 dias, nos casos em que os valores são considerados irrecuperáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor.

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Saldo no início do exercício	(5.326)	(5.181)	(6.042)	(5.855)
Provisões para perdas reconhecidas	(571)	(468)	(571)	(510)
Valores recuperados no exercício	201	323	207	323
Saldo no final do exercício	<u>(5.696)</u>	<u>(5.326)</u>	<u>(6.406)</u>	<u>(6.042)</u>

Parte dos recebíveis no valor aproximado de R\$ 47.700, estão cedidos como garantia de algumas operações financeiras, dentre elas Cessão fiduciária de 25% do valor do saldo devedor principal das debêntures (nota explicativa 18), e também Cessão fiduciária de 3 parcelas de aluguel da operação CRI (nota explicativa 23).

8. ESTOQUES

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Produtos acabados	6.237	5.615	10.078	7.975	6.475	12.120
Materiais de produção	20.370	16.684	14.999	20.370	16.684	14.999
Materiais de consumo	10.340	9.333	7.744	10.340	9.333	7.744
Outros estoques	280	129	750	322	167	753
	<u>37.227</u>	<u>31.761</u>	<u>33.571</u>	<u>39.007</u>	<u>32.659</u>	<u>35.616</u>

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
ICMS sobre aquisição de imobilizado	5.286	8.150	12.024	5.298	8.169	12.043
ICMS	888	984	1.004	888	984	1.382
IPI	4.147	557	538	4.147	557	538
Imposto de renda	548	1.528	4.681	550	1.529	4.681
Contribuição social	152	559	1.719	153	559	1.719
Outros	15	15	418	15	15	595
	<u>11.036</u>	<u>11.793</u>	<u>20.384</u>	<u>11.051</u>	<u>11.813</u>	<u>20.958</u>
Parcela do circulante	8.635	6.755	12.273	8.650	6.775	12.789
Parcela do não circulante	2.401	5.038	8.111	2.401	5.038	8.169

Os créditos de ICMS sobre aquisição de imobilizado são gerados em relação às compras de bens para o ativo da Companhia e são utilizados em 48 parcelas mensais e consecutivas conforme previsto em legislação que trata do assunto.

Os créditos de IPI são gerados em relação às aquisições de insumos utilizados no processo produtivo e são utilizados para compensar débitos gerados pelas operações de venda de cada unidade produtiva.

10. BANCOS CONTA VINCULADA

	Controladora e Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Banco do Brasil - Nova York - a)	5.975	-	-
Banco Credit Suisse - Brasil - b)	4.509	3.803	3.340
Alienação de Terras - c)	-	8.399	-
	<u>10.484</u>	<u>12.202</u>	<u>3.340</u>
Parcela do circulante	6.419	12.202	3.340
Parcela do não circulante	4.065	-	-

- a) Banco do Brasil – Nova York - representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela com vencimento em fevereiro de 2011.
- b) Banco Credit Suisse Brasil – representado por valores retidos em aplicações financeiras equivalente a 17,2% do valor em reais, para garantir Swap de Fluxo de Caixa. Este valor está classificado no curto e no longo prazo em relação às parcelas de resgate previstas no contrato que ocorrerão em 8 parcelas semestrais a partir de setembro de 2011. Enquanto retido o valor é remunerado como aplicação financeira de renda fixa privada – CDB, equivalente a 108% do CDI.
- c) Alienação de Terras – representa o valor retido em conta vinculada até a certificação do georreferenciamento pelo INCRA de área de terras vendida no ano de 2009. O valor foi liberado em 12 de fevereiro de 2010.

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Créditos de carbono	5.789	3.726	5.010	5.789	3.726	5.010
Adiantamento a fornecedor	347	914	1.187	357	921	1.311
Brasil Telecom S.A	-	-	820	-	-	820
Créditos de funcionários	833	619	776	835	619	834
Renegociação de clientes	3.625	3.092	624	3.656	3.123	655
Despesas antecipadas	2.296	2.119	591	2.298	2.119	591
Outros créditos	520	1.872	265	628	2.103	572
	<u>13.410</u>	<u>12.342</u>	<u>9.273</u>	<u>13.563</u>	<u>12.611</u>	<u>9.793</u>
Parcela do circulante	8.319	10.908	9.273	8.445	10.948	9.551
Parcela do não circulante	5.091	1.434	-	5.118	1.663	242

Créditos de carbono – a Companhia possui projetos geradores de créditos de carbono originados pela diminuição de gases de efeito estufa como dióxido de carbono e metano, proporcionados pela

instalação da Usina de Co-geração e pela Estação de Tratamento de Efluentes na unidade Papel em Vargem Bonita, SC. Esses créditos são comercializados através de contratos firmados, no âmbito do protocolo de Kyoto, com empresas localizadas em países considerados desenvolvidos obrigados a redução de emissões. Os créditos são reconhecidos conforme regime de competência como redução dos custos do processo produtivo e são mensurados de acordo com a metodologia aprovada no protocolo de Kyoto para cada projeto.

Renegociação de clientes - se refere a créditos de clientes em atraso para os quais a Companhia realizou contratos de confissão de dívida acordando seu recebimento. O vencimento final das parcelas mensais será em novembro de 2014 e a taxa média de atualização é de 2% a.m., reconhecidas no resultado por ocasião de seu recebimento. Alguns contratos constam cláusula de garantias de máquinas, equipamentos e imóveis garantindo o valor da dívida renegociada.

Despesas antecipadas – se refere principalmente a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros para todas as unidades da Companhia, e são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

12. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Por decisão do Conselho de Administração da Companhia, em outubro de 2010 foram encerradas as atividades de fabricação de móveis em Rio Negrinho, SC. Os ativos daquela unidade foram avaliados pela Administração e foram classificados como mantidos para venda pelo valor residual contábil na data do balanço, visto que as avaliações feitas apontaram valor de mercado líquido de comissões e custos para comercialização foram acima deste valor residual contábil. Os estoques estão classificados pelo seu valor contábil de aquisição, e a Administração avalia como recuperáveis pela sua venda no mercado.

Esta operação não apresentava passivos em 31 de dezembro de 2010.

Ativos de operação descontinuada

	2010
Estoques	530
Imobilizado	6.560
Ativos de operação descontinuada	7.090

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - ATIVO

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Imposto de renda diferido ativo						
Sobre provisões temporárias	9.203	6.159	13.423	9.206	6.159	13.423
Sobre prejuízo fiscal	1.272	2.308	18.082	1.272	2.308	18.082
Contribuição social diferida ativa						
Sobre provisões temporárias	3.316	2.220	4.833	3.316	2.220	4.833
Sobre base de cálculo negativa	458	831	6.510	458	831	6.510
	<u>14.249</u>	<u>11.518</u>	<u>42.848</u>	<u>14.252</u>	<u>11.518</u>	<u>42.848</u>

A Administração reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Com base em projeções orçamentárias aprovada pelo Conselho de Administração, a Administração estima que esses créditos sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

Período	Valor R\$
2011	4.067
2012	2.021
2013	1.768
2014	6.393
	<u>14.249</u>

14. INVESTIMENTOS

	Habitasul Florestal	Irani Trading	Meu Móvel de Madeira	HGE Geração de Energia	Total
Em 31 de dezembro de 2008 - Apresentado	27.356	3.156	-	-	30.512
Custo atribuído de imobilizado	20.147	-	-	-	20.147
Valor justo do ativo biológico	57.592	-	-	-	57.592
Em 01 de Janeiro de 2009 - Ajustado	105.095	3.156	-	-	108.251
Aquisição de investimento	-	-	-	9	9
Aumento de capital	1.488	38.173	-	4.000	43.661
Resultado da equivalência patrimonial	(787)	(412)	-	(480)	(1.679)
Dividendos propostos	(5.969)	-	-	-	(5.969)
Custo atribuído de imobilizado	-	35.130	-	-	35.130
Em 31 de dezembro de 2009	99.827	76.047	-	3.529	179.403
Aumento de capital	-	-	1.467	-	1.467
Resultado da equivalência patrimonial	28.150	11.776	43	-	39.969
Dividendos propostos	(8.018)	(2.772)	-	-	(10.790)
Em 31 de dezembro de 2010	119.959	85.051	1.510	3.529	210.049
Capital social integralizado	28.260	41.226	4.300	4.010	
Patrimônio líquido	119.959	85.063	1.507	3.530	
Resultado do exercício	28.150	11.779	43	-	
Participação no capital em %	100,00	99,98	99,93	99,98	

A controlada Habitasul Florestal S.A. realiza operações de plantio, corte e manejo de florestas de pinus e extração de resinas.

A controlada Irani Trading S.A. realiza operações de intermediação de exportações e importações de bens, exportação de bens adquiridos para tal fim e na administração e locação de imóveis.

A controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações LTDA. realiza operações de venda a varejo de móveis e decorações e serviços de montagem de móveis.

A controlada HGE Geração de Energia Sustentável foi adquirida em 2009 e tem por objeto a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtor independente de energia, que será gerada através de Parques Eólicos.

15. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	31.12.10			31.12.2009	01.01.2009
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Controladora					
Terrenos	123.894	-	123.894	124.053	138.127
Prédios e construções	34.561	(6.425)	28.136	31.351	112.718
Equipamentos e instalações	505.597	(161.562)	344.035	363.851	370.269
Veículos e tratores	1.903	(1.389)	513	412	533
Outras imobilizações*	12.010	(7.253)	4.757	5.166	6.195
Imobilizações em andamento	5.216	-	5.216	3.291	27.256
Adiantamento fornec. de imobilizado	6.740	-	6.740	6.896	2.365
Bens contratados em leasing financeiro	26.905	(9.160)	17.745	19.951	22.646
Imobilizações em imóveis de terceiros	16.061	(1.392)	14.669	15.311	15.954
	<u>732.886</u>	<u>(187.181)</u>	<u>545.705</u>	<u>570.282</u>	<u>696.063</u>

	31.12.10			31.12.2009	01.01.2009
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Consolidado					
Terrenos	169.014	-	169.014	169.184	182.240
Prédios e construções	146.250	(27.626)	118.624	124.100	114.886
Equipamentos e instalações	505.698	(161.583)	344.115	363.957	370.675
Veículos e tratores	2.001	(1.398)	603	416	537
Outras imobilizações*	12.496	(7.420)	5.076	5.523	6.195
Imobilizações em andamento	7.736	-	7.736	4.071	28.635
Adiantamento fornec. de imobilizado	6.741	-	6.741	6.896	2.365
Bens contratados em leasing financeiro	26.905	(9.160)	17.745	19.951	22.646
Imobilizações em imóveis de terceiros	16.061	(1.392)	14.669	15.311	15.954
	<u>892.902</u>	<u>(208.578)</u>	<u>684.323</u>	<u>709.409</u>	<u>744.133</u>

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, softwares e equipamentos de informática.

Síntese da movimentação do imobilizado em 2010 e 2009:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01.01.09	2010	2009	01.01.09
Saldo inicial	570.282	696.063	299.533	709.409	744.133	317.078
Adições	19.926	19.857	-	20.882	20.297	-
Baixas	(12.085)	(18.372)	-	(12.587)	(18.779)	-
Transferência para capitalização em controlada	-	-	-	-	-	-
	-	(91.406)	-	-	-	-
Custo atribuído	-	-	396.530	-	-	427.055
Depreciação	(32.418)	(35.860)	-	(33.381)	(36.242)	-
Saldo final	<u>545.705</u>	<u>570.282</u>	<u>696.063</u>	<u>684.323</u>	<u>709.409</u>	<u>744.133</u>

b) Método de depreciação

A Companhia efetuou a revisão da taxa de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2009 e alterou a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de prédios e construções, máquinas e equipamentos. A avaliação da vida útil dos ativos foi concebida com auxílio de empresa terceirizada especializada no assunto.

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear que foram aplicáveis ao exercício de 2009, bem como as taxas anuais de depreciação revisadas para a depreciação a partir de 01 de janeiro de 2010, definida com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa reavaliada utilizada a partir de 2010 está apresentada pela média ponderada.

	<u>Taxa 2009 %</u>	<u>Taxa reavaliada %</u>
Prédios e construções *	4	2,25
Equipamentos e instalações **	10 a 20	6,45
Móveis , utensílios e equipamentos de informática	4 a 25	5,71
Veículos e tratores	20	20

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

** incluem taxas ponderadas de leasing financeiros

A alteração nas taxas do cálculo da depreciação foi tratada como uma mudança de estimativa e seus efeitos reconhecidos de forma prospectiva.

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo das Unidades Papel e Embalagem em Vargem Bonita – SC e da Unidade Embalagem em Indaiatuba – SP.

O adiantamento a fornecedores refere-se aos investimentos na Unidade Papel e Embalagem de Vargem Bonita – SC.

A Companhia tem responsabilidade por contratos de arrendamento mercantil de máquinas, equipamentos de informática e veículos, com cláusulas de opção de compra, negociados com taxa pré-fixada e 1% de valor residual garantido pago ao final ou diluído durante a vigência do contrato, e que tem como garantia a alienação fiduciária dos próprios bens. Em 31 de dezembro de 2010, os compromissos assumidos estão registrados como Empréstimos e Financiamentos no passivo circulante e não circulante.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade de Embalagem em Indaiatuba-SP que é depreciada pelo método linear a taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade da Fazenda São Clemente sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Celulose Irani S.A.

c) Adoção do custo atribuído (deemed cost)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Companhia optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado das seguintes classes de ativos:

	Em 1º de janeiro de 2010					
	Controladora			Consolidado		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Ajustado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Ajustado
Terrenos	13.220	111.716	124.936	28.164	142.241	170.405
Prédios e construções	407	21.835	22.242	38.038	74.186	112.224
Equipamentos e instalações	180.341	198.793	379.134	180.341	198.793	379.134
	<u>193.968</u>	<u>332.344</u>	<u>526.312</u>	<u>246.543</u>	<u>415.220</u>	<u>661.763</u>

Os relatórios gerados por especialistas datados de novembro de 2010, que tiveram como data base 01 de janeiro de 2010, foram aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme requerido pelo estatuto social.

Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado por empresa especializada, e sobre os ajustes do custo atribuído constituiu-se imposto de renda e contribuição social diferidos passivos. O patrimônio líquido foi aumentado em R\$ 415.220 e R\$ 332.344 e o imposto de renda e contribuição social passivo diferido foi aumentado em R\$ 174.388 e R\$ 186.527 em decorrência da adoção do custo atribuído, respectivamente no consolidado e na controladora.

A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial”, líquidos dos impostos incidentes.

d) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realizações de seus ativos em 31 de dezembro de 2010, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração.

e) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui certos ativos imobilizados em garantia de operações financeiras.

16. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel e vendas de toras de madeira para terceiros.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Custo de formação dos ativos biológicos	40.789	39.246	41.892	44.003	42.816	45.754
Diferencial do valor justo	120.662	104.635	116.165	194.212	156.927	175.588
Ativo biológico a valor justo	<u>161.451</u>	<u>143.881</u>	<u>158.057</u>	<u>238.215</u>	<u>199.743</u>	<u>221.342</u>

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde a projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- (ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (Capital Asset Pricing Model – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno obtido por investidores no mercado.
- (iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotado sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas, e suprir o abastecimento exigido pela indústria.
- (iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados em cada período de análise, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos. São praticados preços em R\$/metro cúbico, considerados custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia,
- (vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período, comparado com a expectativa de produção de cada floresta;
- (vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos trimestralmente, sob o entendimento de que este intervalo é suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

b) Reconciliação das variações de valor justo

As movimentações do período são demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01.01.09 - ajustado	158.057	221.342
Plantio	3.950	4.079
Exaustão	(7.603)	(14.798)
Alienação de florestas	(14.576)	(14.576)
Varição de valor justo	4.053	3.696
Saldo em 31.12.09 - ajustado	143.881	199.743
Plantio	3.737	3.970
Exaustão	(7.504)	(16.236)
Varição de valor justo	21.337	50.738
Saldo em 31.12.10 - ajustado	161.451	238.215

A exaustão dos ativos biológicos do período foi apropriada ao custo de produção.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora			Consolidado			
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09	
Circulante							
Moeda nacional							
FINAME	10.252	12.947	16.623	10.252	12.947	16.623	a)
Capital de giro	63.308	50.301	34.844	63.308	50.301	35.144	b)
Leasing financeiro	602	1.572	1.412	602	1.572	1.412	c)
Duplicatas Descontadas / Vendor	-	-	4.831	-	-	4.831	
Total moeda nacional	74.162	64.820	57.710	74.162	64.820	58.010	
Moeda estrangeira							
Leasing financeiro	2.199	2.297	3.084	2.199	2.297	3.084	d)
Adiantamento de contrato de câmbio	322	7.339	23.311	322	7.339	23.311	e)
Banco Votorantim	1.186	3.122	4.239	1.186	3.122	4.239	f)
Banco Itaú BBA	-	11.511	17.543	-	11.511	17.543	
DF Deutsche Forfait s.r.o.	347	375	928	347	375	928	g)
Toronto Dominion Bank	310	324	434	310	324	434	h)
Banco Credit Suisse	16.824	34.273	4.133	16.824	34.273	4.133	i)
Banco C.I.T.	863	972	1.257	863	972	1.257	j)
Banco Santander (Brasil)	1.400	1.536	2.180	1.400	1.536	2.180	k)
Banco Santander	1.840	2.074	2.702	1.840	2.074	2.702	l)
Banco Santander Pré pagto.de exportação	2.201	6.132	-	2.201	6.132	-	m)
Total moeda estrangeira	27.492	69.955	59.811	27.492	69.955	59.811	
Total do circulante	101.654	134.775	117.521	101.654	134.775	117.821	
Não Circulante							
Moeda nacional							
FINAME	15.066	25.807	31.656	15.066	25.807	31.656	a)
Capital de giro	5.174	37.900	32.832	5.174	37.900	32.832	b)
Leasing financeiro	694	419	1.752	694	419	1.752	c)
Total moeda nacional	20.934	64.126	66.240	20.934	64.126	66.240	
Moeda estrangeira							
Leasing financeiro	3.601	6.800	12.490	3.601	6.800	12.490	d)
Banco Votorantim	-	1.261	5.946	-	1.261	5.946	
Banco Itaú BBA	-	4.796	-	-	4.796	-	
DF Deutsche Forfait s.r.o.	-	375	464	-	375	464	g)
Toronto Dominion Bank	155	485	1.086	155	485	1.086	h)
Banco Credit Suisse	63.090	77.115	148.240	63.090	77.115	148.240	i)
Banco C.I.T.	863	1.944	3.771	863	1.944	3.771	j)
Banco Santander (Brasil)	2.800	4.609	8.720	2.800	4.609	8.720	k)
Banco Santander	1.840	4.148	8.106	1.840	4.148	8.106	l)
Banco Santander Pré Pagto.de exportação	-	3.066	-	-	3.066	-	m)
Total moeda estrangeira	72.349	104.599	188.823	72.349	104.599	188.823	
Total do não circulante	93.283	168.725	255.063	93.283	168.725	255.063	
Total	194.937	303.500	372.584	194.937	303.500	372.884	
Vencimentos no longo prazo:							
2010	-	-	97.082	-	-	97.082	
2011	-	95.688	74.878	-	95.688	74.878	
2012	22.441	54.326	66.005	22.441	54.326	66.005	
2013	20.509	12.812	17.098	20.509	12.812	17.098	
2014	24.547	896	-	24.547	896	-	
2015	22.600	5.003	-	22.600	5.003	-	
Acima	3.186	-	-	3.186	-	-	
	93.283	168.725	255.063	93.283	168.725	255.063	

Empréstimos em moeda nacional:

- Finame - estão sujeitos a taxas de juros médias de 9,73% a.a., com vencimento final em 2019.
- Capital de Giro - estão sujeitos a taxas de juros médias de 9,57% a.a. com vencimento final no segundo semestre de 2012.
- Leasing Financeiro – estão sujeitos a taxas de juros médias de 21,7% a.a. com vencimento final no início de 2014.

Empréstimos em moeda estrangeira:

Os empréstimos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2010 estão atualizados pela variação cambial do dólar ou do euro, e sobre os mesmos incidem juros médios de 9,37% a.a. para operações em dólar e de 4,89% a.a. para operações em Euro.

- d) Leasing Financeiro atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas trimestrais com vencimento no final de 2013.
- e) Os adiantamentos de contrato de câmbio são atualizados pela variação cambial do dólar ou do euro e têm suas faturas fixadas para liquidação até fevereiro de 2011.
- f) Banco Votorantim S.A., atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais e semestrais com vencimento final em junho de 2011.
- g) DF Deutsche Forfait s.r.o, atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas semestrais com vencimento final no segundo semestre de 2011.
- h) Toronto Dominion Bank, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final no primeiro semestre de 2012.
- i) Banco Credit Suisse, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2015, refere-se à operação de pré-pagamento de exportação. O financiamento foi contratado conforme aprovação do Conselho de Administração está sendo destinado ao financiamento das exportações, ao alongamento da dívida e a implementação do plano de investimentos 2007/2008 da Companhia. Em 30 de setembro de 2010 a Companhia renegociou os prazos e os valores de amortização das parcelas trimestrais, passando o vencimento final do contrato de 2013 para 2015.
- j) Banco C.I.T., atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2012.
- k) Banco Santander (Brasil), atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas anuais com vencimento final em 2013.
- l) Banco Santander, atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2012.
- m) Banco Santander P.P.E.- Pré pagamento de exportação – atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2011.

Garantias:

A Companhia mantém em garantia das operações aval dos controladores e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e ativos biológicos (florestas), com valor aproximado de R\$ 163.000.

Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Credit Suisse, foram oferecidos como garantia as ações que a Companhia detém da controlada Habitasul Florestal S.A., alguns terrenos com suas respectivas florestas da Celulose Irani S.A., máquina onduladeira marca B.H.S. da unidade Embalagem de Indaiatuba – SP, caldeira 11 marca HPB-Sermatec Mod. VS-500 da Unidade Papel e ações que a Irani Participações S.A. detém da Companhia. Essas garantias tem valor aproximado de R\$ 184.000.

Em garantia a operação do Banco Santander (Brasil) foram oferecidos os direitos da carteira sobre a negociação dos créditos de carbono, oriundos do projeto de Co-Geração de Energia negociados em contratos com vigência até o ano de 2012.

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, conforme abaixo:

Banco Santander (Brasil) (verificação realizada somente no final de cada exercício).

- a) Margem de EBITDA igual ou maior a 11% em 2007 e 17% de 2008 a 2013;
- b) Relação dívida líquida sobre EBITDA de 6 vezes em 2007 e de 3 vezes de 2008 a 2013;
- c) Alavancagem financeira máxima de 2 vezes o patrimônio líquido tangível conforme definido em contrato;

Banco Credit Suisse

- a) Relação dívida líquida sobre EBITDA de 3,50 vezes para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010, 3,25 vezes para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de março e 30 de junho de 2011, (iii) 3,0 vezes para os trimestres findos em 30 de setembro, 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012; 2,75 vezes para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012; e 2,50 vezes para os trimestres subsequentes até 2015.
- b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida de no mínimo 2,0 vezes para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2010; 2,25 vezes para o trimestre findo em 31 de março de 2011 e de 2,50 vezes para os trimestres fiscais subsequentes até 2015;
- c) Dívida líquida ao final de cada ano fiscal não poderá exceder US\$ 170 milhões (cento e setenta milhões de dólares). Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.
- d) Os gastos com investimentos não poderão ser superiores a 50% do valor da Depreciação somada a Exaustão e Amortização para o ano de 2009 e não superiores a 75% para os anos de 2010 a 2015. Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.

A Companhia atingiu todos os índices exigidos nas cláusulas contratuais do Banco Credit Suisse e Banco Santander.

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.

CDI – Certificado de depósito interbancário

EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.

ROL – Receita operacional líquida

18. DEBÊNTURES

- a) A Companhia emitiu debêntures simples em 12 de abril de 2010, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$ 100.000. As debêntures vencerão após abril de 2015 e serão amortizadas em oito parcelas semestrais a partir de Setembro de 2011, atualizável pela variação do CDI acrescido de 5% a.a. Os juros são devidos em parcelas semestrais sem carência.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 3.518 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16%. É apresentado abaixo o montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2011	117
2012	845
2013	826
2014	836
2015	896
	<u>3.518</u>

Garantias:

As Debêntures contam com garantias reais no valor aproximado de R\$ 164.500, conforme segue:

- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terras da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Irani e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 20 milhões.
- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terrenos e Edificações da Irani Trading em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Trading e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 40 milhões.
- Penhor Agrícola em favor do Agente Fiduciário de Ativos Florestais da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Penhor Agrícola e outras Avenças.
- Cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário de direitos creditórios de titularidade da Celulose Irani no valor de 25% do saldo devedor de principal das Debêntures;

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste exercício e estão apresentadas abaixo:

- a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior a: (i) para os trimestres findos em 31 de março , 30 de junho e 30 de setembro de 2010, 3,50x (três vírgula cinquenta vezes); (ii) para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de março e 30 de junho de 2011, 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes); (iii) para os trimestres findos em 30 de setembro , 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012, 3,00x (três vezes); (iv) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x (duas vírgula setenta e cinco vezes); e (v) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes). Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15% (quinze por cento), fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente (Trimestre Subsequente) onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré estabelecido relativo ao Trimestre Referência.
 - a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Despesa Financeira Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a: (i) para os trimestres findos em 31 de março , 30 de junho , 30 de setembro e 31 de dezembro de 2010 , 2,00 x (duas vezes); (ii), para o trimestre findo em 31 de março de 2011, 2,25x (duas vírgula vinte e cinco vezes) e (iii) a partir do trimestre findo em 30 de junho de 2011 (inclusive), até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes).
 - a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Receita Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a 17% (dezessete por cento) em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.
- b) A Companhia emitiu debêntures simples em 19 de agosto de 2010, não conversíveis em ações, cuja integralização foi feita pela controlada Irani Trading S.A., pelo valor de R\$ 40.000. As debêntures vencerão em parcela única em agosto de 2015 e são atualizadas pelo IPCA mais 6% a.a. Os juros serão pagos juntamente com a parcela única em agosto de 2015.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 1.902 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 9,62%. É apresentado abaixo o montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2011	-
2012	-
2013	232
2014	588
2015	1.082
	<u>1.902</u>

Esta emissão não contém garantias nem cláusulas financeiras restritivas.

O quadro a seguir mostra a exigibilidade por ano das operações de debêntures.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.10</u>
2011	12.788	12.788
2012	25.445	25.445
2013	25.617	25.617
2014	25.503	25.503
2015	53.076	11.559
	<u>142.429</u>	<u>100.912</u>
Parcela do circulante	12.788	12.788
Parcela do não circulante	129.641	88.124

19. FORNECEDORES

Correspondem aos débitos junto a fornecedores conforme a seguir:

CIRCULANTE	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>
Interno						
Materiais	32.114	28.721	25.858	32.695	28.077	25.909
Ativo imobilizado	291	658	1.956	291	658	1.956
Prestador de serviços	2.100	2.706	4.841	2.160	2.823	5.089
Transportadores	4.267	4.728	5.104	4.287	4.735	5.122
Partes relacionadas	1.390	126	263	(462)	802	-
Externo						
Materiais	661	257	3.405	661	257	3.406
	<u>40.823</u>	<u>37.196</u>	<u>41.427</u>	<u>39.632</u>	<u>37.352</u>	<u>41.482</u>

20. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

Em novembro de 2009 a Companhia optou pela desistência dos parcelamentos especiais (PAES) regulados pela Lei nº 10.684/03 e optou pelo REFIS normatizado pela Lei 11.941/09 e MP

470/09, os quais estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC. Os parcelamentos são amortizados mensalmente.

A Companhia parcelou o ICMS ordinário do Estado de São Paulo e sobre o mesmo incidem juros de 2% ao mês, amortizado mensalmente.

Os valores estão apresentados conforme a seguir:

CIRCULANTE

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Parcelamento REFIS INSS	580	1.141	1.269	674	1.226	1.354
Parcelamento REFIS Receita Federal	1.409	1.374	1.580	1.418	1.407	1.580
Parcelamento ICMS	1.321	970	914	1.321	970	931
Parcelamento CSLL	-	-	-	-	17	15
Parcelamento INSS Patronal	700	-	-	700	-	-
	<u>4.010</u>	<u>3.485</u>	<u>3.763</u>	<u>4.113</u>	<u>3.620</u>	<u>3.880</u>

NÃO CIRCULANTE

	Controladora			Consolidado			Vencimento
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09	
Parcelamento REFIS INSS	-	475	4.439	608	1.137	5.158	Junho 2013
Parcelamento REFIS Receita Federal	8.273	9.225	7.224	8.353	9.274	7.225	Novembro 2025
Parcelamento ICMS	3.509	3.881	-	3.509	3.881	-	Outubro 2014
Parcelamento CSLL	-	-	-	-	-	14	Novembro 2010
Parcelamento INSS Patronal	2.154	-	-	2.154	-	-	Abril 2015
	<u>13.936</u>	<u>13.581</u>	<u>11.663</u>	<u>14.624</u>	<u>14.292</u>	<u>12.397</u>	

Vencimentos no longo prazo:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
2010	-	-	3.080	-	-	3.215
2011	-	3.979	3.079	-	4.216	3.159
2012	2.014	1.815	3.077	2.104	2.052	3.157
2013	2.014	1.815	2.427	2.104	2.052	2.505
2014	2.014	-	-	2.104	-	-
2015	1.687	-	-	1.777	-	-
Acima	<u>6.207</u>	<u>5.972</u>	<u>-</u>	<u>6.535</u>	<u>5.972</u>	<u>361</u>
	<u>13.936</u>	<u>13.581</u>	<u>11.663</u>	<u>14.624</u>	<u>14.292</u>	<u>12.397</u>

Além da adesão ao Refis ocorrida em 2009, para conversão dos parcelamentos anteriormente existentes no PAES (Lei 10.684/03), a Companhia optou pelo parcelamento de outros débitos de IPI que apresentavam expectativa de perda provável na avaliação dos assessores jurídicos. A decisão da Administração está embasada nas relevantes reduções dos valores relativos à multa de ofício e de mora e dos juros de mora, o que reduzem significativamente os valores parcelados, e ainda, na possibilidade de utilização do prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido para abater os saldos remanescentes das multas de ofício e de mora e também dos juros após as reduções concedidas pela Lei 11.941/09 e pela MP 470/09.

As movimentações referentes à adesão ao Refis ocorrida em 2009 contendo os valores adicionados, atualizações/benefícios e compensações com prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, estão assim apresentadas.

Quadro de movimentação REFIS - Controladora

	INSS	Receita Federal	Rec. Federal - IPI
Saldo anterior contábil	4.645	7.077	34.630
Novas adições	-	-	7.536
Atualização do débito e benefícios da lei 11.941/09 e MP 470/09	(1.720)	(945)	(15.702)
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(1.309)	(3.069)	(18.928)
Saldo contábil atual	1.616	3.063	7.536

Quadro de movimentação REFIS - Consolidado

	INSS	Receita Federal	Rec. Federal - IPI
Saldo anterior contábil	5.392	7.159	34.630
Novas adições	-	-	7.536
Atualização do débito e benefícios da lei 11.941/09 e MP 470/09	(1.720)	(945)	(15.702)
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(1.309)	(3.069)	(18.928)
Saldo contábil atual	2.363	3.145	7.536

INSS – Refere-se a parcelamento Previdenciário da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em Novembro de 2009.

Receita Federal – Refere-se a parcelamento de Tributos Federais da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em Novembro de 2009.

Receita Federal - IPI – Refere-se a parcelamento de outros débitos de IPI no montante atualizado de R\$ 8.272 sendo R\$ 3.252 de principal e R\$ 5.020 de multas e de juros de mora. Este valor será pago em 180 parcelas e atualizado pela SELIC.

INSS Patronal – Refere-se a parcelamento Previdenciário dos meses de novembro, dezembro e décimo terceiro do ano de 2008.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - PASSIVO

A Companhia adotou para 2009 e 2010 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos.

Os efeitos dos impostos diferidos passivos em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009 são:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Imposto de renda diferido passivo						
Variação cambial a realizar pelo Regime de Caixa	8.364	13.618	-	8.757	13.618	-
Valor Justo dos ativos biológicos	30.165	26.159	29.041	31.635	27.204	30.229
Custo Atribuído do ativo imobilizado	83.457	82.543	99.133	104.439	103.484	106.765
Reserva de Reavaliação	4.258	4.397	4.554	4.258	4.397	4.554
Contribuição social diferida passiva						
Variação cambial a realizar pelo Regime de Caixa	3.011	4.902	-	3.153	4.902	-
Valor Justo dos ativos biológicos	10.858	9.417	10.455	11.653	9.982	11.097
Custo Atribuído do ativo imobilizado	30.047	29.716	35.689	37.599	37.253	38.436
Reserva de Reavaliação	1.533	1.582	1.639	1.533	1.582	1.638
	<u>171.693</u>	<u>172.334</u>	<u>180.511</u>	<u>203.027</u>	<u>202.422</u>	<u>192.719</u>

22. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Contas a receber			Contas a pagar			Debêntures a pagar	Mútuo ativo			Mútuo passivo			Receitas		Despesas	
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09	2010	2009	2010	2009
Irani Trading S.A.	-	-	357	1.389	40	99	41.516	-	-	-	4.345	3.290	1.952	-	-	17.569	728
Habitasul Florestal S.A.	4.369	5.969	2.184	456	86	126	-	-	-	-	13.258	14.465	11.600	-	-	841	978
HGE - Geração de Energia	-	-	-	1.387	3.107	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Meu Móvel de Madeira	2.132	671	473	-	-	187	-	-	2.730	3.676	-	-	-	4.400	1.785	3.437	1.348
Irani Participações	-	-	-	-	-	38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	480	480
Companhia Com.de Imóveis	-	-	-	-	149	133	-	-	-	-	-	-	-	-	-	447	1.618
Fazenda São Clemente	-	-	-	149	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.341	-
Remuneração dos administradores	-	-	-	3.818	1.635	1.856	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.653	2.305
Habitasul Desen.Imob.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	306	8.129	-	-	-	2.282
Total	6.501	6.640	3.014	7.199	5.017	2.439	41.516	-	2.730	3.676	17.602	18.061	21.681	4.400	1.785	28.768	9.739
Parcela circulante	(6.501)	(6.640)	(3.014)	(7.199)	(5.017)	(2.439)	-	-	-	-	-	(306)	(6.968)	-	-	-	-
Parcela não circulante	-	-	-	-	-	-	41.516	-	2.730	3.676	17.602	17.755	14.713	-	-	-	-

Consolidado	Contas a pagar			Mútuo passivo			Despesas	
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	2010	2009	01.01.09	2010	2009
Irani Trading S.A.	1.389	-	-	-	-	-	-	-
Habitasul Florestal S.A.	456	-	-	-	-	-	-	-
Irani Participações	-	-	38	-	-	-	480	480
Companhia Com.de Imóveis	-	149	133	-	-	-	447	1.618
Habitasul Desen.Imob.	-	-	-	-	306	8.129	-	2.282
Fazenda São Clemente	149	-	-	-	-	-	1.341	-
Remuneração dos administradores	3.818	1.635	2.166	-	-	-	5.003	2.681
Total	5.812	1.784	2.337	-	306	8.129	7.271	7.061
Parcela circulante	(5.812)	(1.784)	(2.337)	-	(306)	(6.968)	-	-
Parcela não circulante	-	-	-	-	-	1.161	-	-

Os créditos e débitos junto às controladas Irani Trading S.A., Habitasul Florestal S.A. e Meu Móvel de Madeira LTDA., são decorrentes de operações comerciais entre as partes, sendo assim não há incidência de encargos nem vencimento final definido.

A Irani Trading S.A. é atualmente proprietária de Imóvel Industrial localizado em Vargem Bonita, SC, o qual está sendo locado para a Celulose Irani S.A., nos termos do Contrato de Locação firmado entre as partes em 20 de Outubro de 2009, e aditado em 24 de março de 2010. O referido contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início da locação que se deu em 01 de janeiro de 2010. O valor locatício é de R\$ 1.364 mensais fixos.

A Companhia emitiu em 19 de agosto de 2010 debêntures simples, as quais foram adquiridas pela controlada Irani Trading S.A. e são atualizadas pelo IPCA mais 6% a.a. com vencimento descrito na nota 18.

O débito junto a HGE – Geração de Energia Sustentável é decorrente de valor a integralizar de capital social referente alteração contratual com aumento de capital a ser integralizado até final do ano de 2011.

O débito junto a Irani Participações é decorrente de prestação de serviços tomados pela Companhia.

Os débitos junto a Fazenda São Clemente decorrem de contrato de aluguel da Unidade Embalagem em Indaiatuba-SP, firmado em 26 de dezembro de 2006 e sua vigência é de 20 anos prorrogáveis, o valor mensal contratado foi de R\$ 125 reajustados anualmente, de acordo com a mesma variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas.

Os débitos decorrentes da remuneração dos administradores referem-se aos honorários da diretoria e participação dos administradores.

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais, totalizaram R\$ 5.003 no exercício de 2010 (R\$ 2.681 em 2009). A remuneração global dos administradores foi aprovada pela Assembléia Geral Ordinária de 30 de abril de 2010 no valor máximo de R\$ 5.500.

Em Reunião do Conselho de Administração de 05 de março de 2010 foi aprovada a manutenção da Participação dos Administradores provisionada em exercícios anteriores no valor de R\$ 1.635, a qual foi distribuída no segundo trimestre de 2010, conforme deliberação do próprio Conselho de Administração.

Está sendo destacada Participação dos Administradores referente ao resultado do exercício de 2010, no montante de R\$ 3.818 mil, equivalente a 10% do resultado líquido do exercício, conforme previsão estatutária da Companhia. Sua distribuição se dará aos administradores por deliberação específica do Conselho de Administração.

23. CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO – CRI

Em 03 de agosto de 2010 a controlada Irani Trading S.A. emitiu Instrumento Particular de Cédula de Créditos Imobiliários – CCI, lastreada em contrato de locação celebrado em 20 de outubro de 2009, entre a Irani Trading S.A. e Celulose Irani S.A..

A Irani Trading S.A. cedeu a CCI para a Brazilian Securities Companhia de Securitização. Em decorrência desta cessão, a Securitizadora emitiu em regime fiduciário Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs e pagou em 06 de agosto de 2010 para a Irani Trading S.A. o preço da cessão da CCI, no montante de R\$ 40.833, que equivale ao valor presente líquido de 37 parcelas futuras de aluguel à taxa de 14,70% a.a.

Essa operação está sendo liquidada em 37 parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 1.364 cada, com início em 25 de agosto de 2010 e término em 25 de agosto de 2013, devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

Garantias:

A Companhia constituiu garantias reais em favor da Securitizadora em montante aproximado de R\$ 35.800, sendo:

- Hipoteca dos imóveis da Celulose Irani S/A, objeto das matrículas nº 2.479, 2.481 e 8.535 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada, SC.
- Penhor Agrícola dos ativos florestais (pínus e eucaliptos) existentes nas áreas objeto de hipoteca, relacionadas no item anterior.
- Cessão Fiduciária de Bens e Direitos representada por Caução de Duplicatas, em montante equivalente a 3(três) parcelas mensais devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à Cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste exercício e estão apresentadas abaixo:

- a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior a: (i) para os trimestres findos em 31 de março , 30 de junho e 30 de setembro de 2010, 3,50x (três vírgula cinquenta vezes); (ii) para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de março e 30 de junho de 2011, 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes); (iii) para os trimestres findos em 30 de setembro , 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012, 3,00x (três vezes); (iv) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x (duas vírgula setenta e cinco vezes); e (v) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes). Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15% (quinze por cento), fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente (Trimestre Subsequente) onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré estabelecido relativo ao Trimestre Referência.
- a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Despesa Financeira Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a: (i) para os trimestres findos em 31 de março , 30 de junho , 30 de setembro e 31 de dezembro de 2010 , 2,00 x (duas vezes); (ii), para o trimestre findo em 31 de março de 2011, 2,25x (duas vírgula vinte e cinco vezes) e (iii) a partir do trimestre findo em 30 de junho de 2011 (inclusive), até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes).
- a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Receita Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a 17% (dezesete por cento) em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

24. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para contingência é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Provisão cíveis	7.669	7.667	7.610	7.669	7.667	7.610
Provisão trabalhistas	508	1.915	6.090	575	2.159	6.345
Provisão tributárias	31.685	18.876	50.419	31.684	18.876	50.419
	<u>39.862</u>	<u>28.458</u>	<u>64.119</u>	<u>39.928</u>	<u>28.702</u>	<u>64.374</u>
Parcela do circulante	-	1.038	4.777	-	1.038	4.777
Parcela do não circulante	39.862	27.420	59.342	39.928	27.664	59.597

Movimentação do saldo da provisão

Controladora	31.12.09	Provisão	Baixas	31.12.10	01.01.09
	Cível	7.667	2	-	7.669
Trabalhista	1.915	82	(1.489)	508	6.090
Tributária	18.876	12.868	(59)	31.685	50.419
	<u>28.458</u>	<u>12.952</u>	<u>(1.548)</u>	<u>39.862</u>	<u>64.119</u>
Consolidado	31.12.09	Provisão	Baixas	31.12.10	01.01.09
Cível	7.667	2	-	7.669	7.610
Trabalhista	2.158	82	(1.666)	574	6.345
Tributária	18.876	12.868	(59)	31.685	50.419
	<u>28.701</u>	<u>12.952</u>	<u>(1.725)</u>	<u>39.928</u>	<u>64.374</u>

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- Os processos cíveis relacionam-se, dentre outras questões, a pedidos indenizatórios de rescisões contratuais de Representação Comercial e principalmente, a ação falimentar de empresa onde a Companhia tem o crédito habilitado no processo. Em 31 de dezembro de 2010, havia R\$ 7.669 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 7.051, classificados no Ativo não Circulante.
- Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de hora-extra, adicional de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na

assessoria de seus advogados, a Companhia provisionou R\$ 575 em 31 de dezembro de 2010, e acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 462, classificados no Ativo não Circulante.

- c) As provisões para contingências tributárias se referem a:
- i) execução fiscal promovida pelo Estado de Santa Catarina tratando-se de discussão de suposta transferência de crédito irregular de ICMS no valor de R\$ 1.305.
 - ii) a Companhia realiza a compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI sobre aquisição de aparas. O montante compensado entre os períodos de setembro de 2006 a dezembro de 2010 foi de R\$ 22.451. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2010 totaliza R\$ 30.380.

Contingências

Para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de dezembro de 2010, o montante das causas de naturezas trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias é composto como segue:

	Controladora e Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Contingências trabalhistas	8.154	7.109	5.493
Contingências cíveis	780	1.132	5.019
Contingências ambientais	876	876	876
Contingências tributárias	46.097	44.390	14.238
	<u>55.907</u>	<u>53.507</u>	<u>25.626</u>

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 8.154 e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidente de trabalho). Encontram-se em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 780 e contempla principalmente ação cíveis de indenização, encontrando-se em fases processuais diversas.

Contingências ambientais:

Refere-se à ação ambiental do Ministério Público Federal e tem como valor máximo estimado de indenização R\$ 876 mil. Por considerar o referido assunto de difícil mensuração, a Administração da Companhia avalia a ação como possível perda, porém com boas chances de êxito, entendendo ainda que se condenada o valor seja menor do máximo estimado de indenização.

Contingências tributárias:

As ações tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 46.097 e contemplam os seguintes processos:

- Processo Administrativo 10925.000172/2003-66 com valor em 30 de setembro de 2010 de R\$ 7.099 referente à auto de infração de IPI originado por suposta irregularidade na compensação de crédito tributário. A Companhia é beneficiária de decisão administrativa definitiva pelo acórdão 203-03.459 de 16/09/97 que declarou a procedência do pedido de restituição. A Receita Federal do Brasil interpôs recurso administrativo que se encontra em pendência de julgamento.
- Execução Fiscal nº 2004.72.03.001555-8 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 30 de setembro de 2010 de R\$ 4.247 referente à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito que versa sobre contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais. O processo encontra-se suspenso por decisão judicial, aguardando julgamento da ação anulatória nº 2005.71.00.002527-8.
- Execução Fiscal nº 99.70.00325-9 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 4.471 que trata de cobrança de crédito tributário por meio da NFLD nº 32.511.108-1, referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas por empresas contratadas para a prestação do serviço de cessão de mão de obra, sendo a Companhia responsável solidária. O processo encontra-se aguardando julgamento de agravo regimental interposto pela PFN, diante de procedência dos embargos à execução opostos pela Companhia.
- Processos Administrativos nº. 11080.013972/2007-12 e nº. 11080.013973/2007-67 com valor em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 3.161 referente a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de suposto crédito tributário indevido. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e considera boas as chances de êxito.
- Processos Administrativos referente notificações fiscais do Estado de Santa Catarina, oriundos de suposto crédito tributário indevido por creditamento de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas neste Estado, com valor em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 27.119. A Companhia apresentou defesas administrativas para as referidas notificações fiscais e considera muito boas as chances de êxito para todos os créditos constituídos.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 63.381, composto por 8.104.500 ações sem valor nominal, sendo 7.463.987 ações ordinárias e 640.513 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, participam dos lucros com remuneração superior à razão de 10%, em relação às ações ordinárias, e têm prioridade de reembolso do capital, sem prêmio em

caso de liquidação da Companhia. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 do número das ações representativas do capital social, bem como aumentar as espécies ou classes existentes sem guardar proporção entre si.

b. Ações em tesouraria

Em reunião de 24 de novembro 2010, o Conselho de Administração autorizou a Companhia a adquirir ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, em conformidade com a Instrução CVM nº 10/80 e suas alterações. O plano de recompra tem por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e tem como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011. Ficou desta forma autorizada aquisição de até 62.356 ações ordinárias e 18.646 ações preferenciais, ambas nominativas escriturais sem valor nominal.

Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu 9.100 ações ao valor total de R\$ 229 distribuídas da seguinte forma:

- 7.900 ações ordinárias ao valor médio de R\$ 25,17 / ação
- 1.200 ações preferenciais ao valor médio de R\$ 25,00 / ação

Em 31 de dezembro de 2010, o valor de negociação dessas ações na Bolsa de Valores de São Paulo era de R\$ 27,00 para as ações ordinárias e R\$ 26,00 para as ações preferenciais.

A Companhia mantém ainda em tesouraria 5.602 (cinco mil seiscentas e duas) ações ordinárias no montante de R\$ 80, adquiridas de ex-diretores que se desligaram em períodos anteriores, conforme determinava o plano de opção de ações então existente.

c. Lucro do exercício

Os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios de 25% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a destinação da reserva legal demonstrado, conforme abaixo:

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	34.360	21.951
Realização da reserva de reavaliação	365	1.614
Realização da reserva de lucros a realizar	3.205	10.285
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	3.039	9.789
(-) Compensação de prejuízos acumulados	-	(29.330)
(-) Compensação de prejuízos acumulados - baixa diferido	-	(1.024)
(-) Reserva legal	(2.048)	(814)
Lucro base para distribuição de dividendos	38.921	12.471
Dividendos mínimos obrigatórios (25% sobre o lucro base)		
Dividendos propostos a pagar	<u>9.730</u>	<u>3.118</u>
Dividendos por ação ordinária (R\$ por ação)	1,20	
Dividendos por ação preferencial (R\$ por ação)	1,32	

No ano de 2010, foram pagos dividendos mínimos obrigatórios atribuídos aos acionistas referente ao exercício de 2009 no valor de R\$ 3.872. Com a adequação de todos os CPCs nas demonstrações contábeis de 2009, os efeitos do Valor justo dos ativos biológicos e do custo atribuído a ativos imobilizados bem como suas realizações pela exaustão e depreciações naquele ano, alteraram os resultados e por consequência a base para dividendos conforme demonstrado acima. A Administração entende não prejudicar os acionistas uma vez que os valores foram distribuídos a todos e o montante não é significativo, não impactando na liquidez da empresa.

d. Reservas de lucros

As reservas de lucros estão compostas por Reserva legal, Reserva de lucros a realizar, Ajustes de avaliação patrimonial e Reserva de retenção de lucros.

A Reserva legal se constitui pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

A Reserva de lucros a realizar foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura, e esses não terem sido financeiramente realizados. Sua realização se dará pelo efetivo consumo dos ativos biológicos avaliados a valor justo, quando será também oferecida a base de dividendos.

A Reserva de ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizado (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura, e esses não terem sido financeiramente realizados. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecido a base de dividendos.

A Reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de

dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

26. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

	2010		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	7.457.727	640.413	8.098.140
Lucro líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações (*)	34.983	3.305	38.288
Lucro por ação básico e diluído - R\$	4,6909	5,1601	

	2009		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	7.459.646	640.513	8.100.159
Lucro líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações (*)	23.383	2.209	25.592
Lucro por ação básico e diluído - R\$	3,1347	3,4482	

(*) As ações preferencias tem direito a dividendos 10% superiores as ações ordinárias.

27. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita bruta de vendas de produtos	541.447	427.904	570.025	447.660
Impostos sobre as vendas	120.337	91.712	123.900	93.979
Devoluções de vendas	3.153	3.452	3.439	3.684
Receita líquida de vendas	417.957	332.740	442.686	349.997

28. DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Custos variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(269.095)	(180.321)	(264.916)	(188.120)
Gastos com pessoal	(46.094)	(47.347)	(48.112)	(48.470)
Varição valor justo ativos biológicos	21.337	4.053	50.738	3.696
Depreciação, amortização e exaustão	(39.946)	(54.428)	(50.992)	(62.281)
Fretes de vendas	(16.760)	(15.199)	(17.420)	(15.528)
Contratação de serviços	(6.637)	(5.270)	(7.615)	(5.667)
Despesas de vendas	(12.156)	(11.583)	(12.392)	(11.671)
Outros gastos	(3.347)	(5.622)	(4.762)	(5.375)
	<u>(372.698)</u>	<u>(315.717)</u>	<u>(355.471)</u>	<u>(333.416)</u>
<u>Outras despesas líquidas</u>				
Provisões para contingencia e outras	-	(5.178)	-	(5.178)
Realização de custo atribuído ao ativo biológico	-	(6.180)	-	(6.180)
Custo da venda de ativos	(2.268)	(21.976)	(3.009)	(21.979)
Benefício de Refiz	-	15.702	-	15.702
Creditos tributários	642	-	642	-
Venda de ativo permanente	1.462	29.202	2.303	29.204
Outras despesas	146	4.836	188	4.692
	<u>(18)</u>	<u>16.406</u>	<u>124</u>	<u>16.261</u>
Despesa operacional	<u>(372.716)</u>	<u>(299.311)</u>	<u>(355.347)</u>	<u>(317.155)</u>

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Receita de bens alienados	-	29.344	-	29.344
Benefícios parcelamento REFIS	-	18.367	-	18.367
Estorno de contingencia	147	4.211	174	4.211
Outras receitas operacionais	1.063	1.302	1.212	1.380
Receita de bens alienados e sinistrados	1.218	-	2.059	-
Créditos extemporâneos PIS, COFINS e ICMS	781	727	781	727
	<u>3.209</u>	<u>53.951</u>	<u>4.226</u>	<u>54.029</u>

Despesas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Provisão IPI extemporâneo	-	(6.836)	-	(6.836)
Custo dos Bens sinistrados e alienados	(1.940)	(28.275)	(2.780)	(28.275)
Outras despesas operacionais	(1.077)	(717)	(1.112)	(2.077)
Provisão para perda em controlada	(210)	(1.137)	(210)	-
Provisão contingências cíveis e trabalhistas	-	(580)	-	(580)
	<u>(3.227)</u>	<u>(37.545)</u>	<u>(4.102)</u>	<u>(37.768)</u>

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Resultado antes dos impostos	37.795	39.842	39.765	40.116
Alíquota Básica	34%	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	(12.850)	(13.546)	(13.520)	(13.639)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	13.588	(571)	-	-
RTT - Ajustes do regime tributário de transição	-	119	-	119
Realização reserva reavaliação por alienação	-	(3.663)	-	(3.663)
Diferença de tributação empresas controladas	-	-	11.079	2.778
Outras diferenças permanentes	(355)	(284)	851	(3.813)
Operação Descontinuada	(2.023)	(1.876)	(2.023)	(1.876)
	<u>(1.640)</u>	<u>(19.821)</u>	<u>(3.613)</u>	<u>(20.094)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.986)	-	(3.831)	(437)
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.346	(19.821)	218	(19.657)

31. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	3.014	269	4.737	269
Juros	960	1.161	986	1.165
Descontos obtidos	207	491	215	514
	<u>4.181</u>	<u>1.921</u>	<u>5.938</u>	<u>1.948</u>
Variação cambial				
Variação cambial ativa	28.831	73.589	28.831	73.590
Variação cambial ativa - derivativos a valor justo	1.999		1.999	
Variação cambial passiva	(26.641)	(14.766)	(26.641)	(14.774)
Variação cambial passiva - derivativos a valor justo	(4.545)		(4.549)	
Variação cambial líquida	<u>(356)</u>	<u>58.823</u>	<u>(360)</u>	<u>58.816</u>
Despesas financeiras				
Juros	(44.282)	(43.207)	(44.518)	(43.719)
Descontos concedidos	(181)	(632)	(181)	(928)
Deságios/despesas bancárias	(499)	(2.942)	(552)	(2.971)
Outros	(326)	(301)	(1.946)	(301)
	<u>(45.288)</u>	<u>(47.082)</u>	<u>(47.197)</u>	<u>(47.919)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(41.463)</u>	<u>13.662</u>	<u>(41.619)</u>	<u>12.845</u>

32. SEGUROS (Não auditado)

A Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2010, a cobertura está assim demonstrada:

Dados Controladora e Consolidado:

<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância Segurada</u>
Seguro Empresarial, grupo de usinas, coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval.	21/10/10 a 20/10/11	R\$ 5.329
Seguro Empresarial, grupo escritórios e pousada, coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval.	09/10/10 a 08/10/11	R\$ 1.900
Seguro Industrial, grupo fábricas, coberturas de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval/fumaça.	12/11/10 a 11/11/11	R\$ 237.970
Seguro Responsabilidade Civil Geral, abrangente para todas as unidades, coberturas de responsabilidade civil e danos morais.	28/09/10 a 27/09/11	R\$ 10.000
Seguro Responsabilidade Civil de Administradores.	04/11/10 a 03/11/11	R\$ 10.000
Seguro Residencial e Empresarial, vila residencial e dependências comerciais, coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval.	29/09/10 a 28/09/11	R\$ 13.060
Seguro de vida em grupo - colaboradores - 24 ou 48 vezes o salário nominal, se por morte natural ou acidental, respectivamente.	02/12/10 a 01/12/11	valor da cobertura é limitado ao mínimo de R\$ 10 e máximo de R\$ 500
Seguro frota de veículos, danos materiais, corporais e morais.	15/08/10 a 14/08/11	Veículos a valor de mercado e coberturas adicionais de R\$ 370 por veículo.

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira da Companhia, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de outubro de 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros. A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia

tem como objetivo minimizar riscos financeiros inerentes as suas operações, bem como garantir a eficiência na gestão dos seus ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos em vigência foram contratados com o objetivo de proteger as obrigações decorrentes de empréstimos tomados em moeda estrangeira ou as exportações da Companhia e foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2010, essas operações apresentam exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

A exposição cambial total líquida em moeda estrangeira é equivalente a 21 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas do ano 2010. Como o maior valor dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira tem sua exigibilidade no longo prazo, a Companhia entende que gerará fluxo de caixa em moeda estrangeira suficiente para quitação de seu passivo de longo prazo em moeda estrangeira.

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Contas a receber	2.895	4.158	7.569	2.949	4.241	7.664
Créditos de carbono a receber	5.789	3.726	5.010	5.789	3.726	5.010
Bancos conta vinculada	10.484	3.803	3.340	10.484	3.803	3.340
Investimento Brastilo Inc.	-	-	397	-	-	397
Adiantamento de clientes	(325)	(323)	(1.142)	(207)	(323)	(1.142)
Fornecedores	(661)	(257)	(3.405)	(661)	(257)	(3.406)
Empréstimos e financiamentos	(99.841)	(174.554)	(248.634)	(99.841)	(174.554)	(248.634)
Exposição líquida	<u>(81.659)</u>	<u>(163.447)</u>	<u>(236.865)</u>	<u>(81.487)</u>	<u>(163.364)</u>	<u>(236.771)</u>

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da empresa, conforme descrito abaixo:

- 1 – Cenário base: manutenção da taxa de câmbio, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.
- 2- Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2010.
- 3 – Cenário Remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2010.

Operação	Consolidado							
	Saldo 31.12.10		Cenário base		Cenário adverso		Cenário remoto	
	U\$\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$	
Ativos								
Contas a receber	11.536	1,67	(14)	2,08	4.788	2,50	9.590	
Passivos								
Contas a pagar	(521)	1,67	1	2,08	(216)	2,50	(433)	
Empréstimos e financiamentos	(59.921)	1,67	72	2,08	(24.870)	2,50	(49.813)	
Efeito líquido			59		(20.298)		(40.655)	

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31.12.2010 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida e dos instrumentos derivativos respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de empréstimos e financiamentos e de instrumentos derivativos expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes aos recebimentos provenientes das suas exportações. Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, deverão gerar impacto econômico no seu resultado.

Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, a mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC, TR (Taxa de Referência), EURIBOR (Euro Interbank Offered Rate), ou LIBOR (London Interbank Offered Rate).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenários remoto, sobre os contratos de empréstimos e financiamentos que tem base de juros indexados esta representada na tabela abaixo:

Operação	Consolidado							
	Indexador	Saldo 31.12.10	Cenário base		Cenário adverso		Cenário remoto	
			Taxa %	R\$	Taxa %	R\$	Taxa %	R\$
Aplicações financeiras								
CDB	CDI	41.139	11,75	427	14,69	1.569	17,63	2.711
Financiamentos								
Capital de giro	CDI	21.339	11,75	(259)	14,69	(951)	17,63	(1.643)
Debêntures	CDI	103.920	11,75	(1.143)	14,69	(4.196)	17,63	(7.248)
Capital de giro	TR	5.019	0,12	1	0,15	(1)	0,18	(2)
Finames	TJLP	24.613	6,00	-	7,50	(369)	9,00	(738)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor	8.466	0,46	(1)	0,58	(10)	0,69	(20)
Financiamento Moeda Estrangeira	Euribor	9.606	1,38	(14)	1,73	(47)	2,07	(80)
Efeito líquido				(989)		(4.005)		(7.020)

Riscos de crédito

As vendas financiadas da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar e pagamento de empréstimos e financiamentos. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas principais moedas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações de derivativos são classificadas por estratégias de acordo com o seu objetivo. São operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia ou suas exportações e importações contra as variações de câmbio. Os instrumentos financeiros foram designados no reconhecimento inicial, classificados como empréstimos e seus resultados são mensurados pelo seu valor justo e reconhecidos, na data de cada balanço, no resultado financeiro.

A Companhia mantém controles internos que a Administração julga suficientes para a gestão dos riscos. Mensalmente a diretoria analisa relatórios referentes ao custo financeiro da sua dívida e as informações do Fluxo de Caixa em Moeda Forte que contempla os recebimentos e pagamentos da Companhia em moeda estrangeira e avalia a necessidade de contratação de alguma proteção. Os resultados alcançados por esta forma de gerenciamento têm protegido o seu fluxo de caixa das variações do câmbio.

Em 31 de dezembro de 2010, os montantes contratados destes instrumentos e os seus respectivos valores justos, assim como os efeitos acumulados no período, estão demonstrados na tabela abaixo:

Finalidade / Risco / Instrumento	31.12.2010	
	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor justo (1)</u>
Hedge de valor justo		
Moeda Estrangeira Swaps	29.300	(2.534)
Total derivativos	<u>29.300</u>	<u>(2.534)</u>

(1) Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados pelo seu valor justo, por meio de utilização de projeções futuras do dólar da BM&F Bovespa nas datas de apuração. No caso de swaps, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimados de forma independente e trazidas a valor presente por uma taxa de juros de mercado, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o seu valor de mercado.

Esses instrumentos, em 31 de dezembro de 2010, apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de Valor Justo e Valor Nocial por instrumento:

Finalidade / Risco / Instrumento	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Hedge de valor justo						
Moeda Estrangeira Swaps	(25)	(488)	(711)	(847)	(463)	(2.534)

Finalidade / Risco / Instrumento	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Hedge de valor justo						
Moeda Estrangeira Swaps	3.663	7.325	7.325	7.325	3.662	29.300

Parte desses instrumentos financeiros de contratos de Swaps estão atrelados à aplicação financeira vinculada, conforme nota explicativa 10.

34. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio, e ainda, segundo os critérios de segmentação estabelecidos pelo CPC 22 (IFRS 8) – Informação por Segmento.

A Administração definiu como segmentos operacionais: papel; embalagem; florestal e resinas; e móveis, conforme segue abaixo descrito:

Segmento Papel: produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO.

Segmento Embalagem PO: este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com duas unidades produtivas, uma junto a fábrica de papel do segmento papel em Vargem Bonita, SC, e outra em Indaiatuba, SP.

Segmento Florestal RS e Resinas: através deste segmento, a Companhia cultiva pínus para o próprio fomento e também comercializa madeiras e produz da resina extraída do pínus, que servem de matéria prima para a produção de breu e terebintina.

Segmento Móveis: este segmento comercializa móveis para o mercado nacional atendido com vendas exclusivamente pela internet, através da controlada Meu Móvel de Madeira. O perfil dos produtos é composto por linhas de dormitórios, salas e móveis auxiliares.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

						Consolidado
						31/12/2010
	Papel	Embalagem P.O	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:						
Mercado interno	103.425	269.610	18.637	6.411		398.083
Mercado externo	31.462	-	13.141		-	44.603
Receita de vendas para terceiros	134.887	269.610	31.778	6.411	-	442.686
Receitas entre segmentos	25.997	715			(26.712)	-
Vendas líquidas totais	160.884	270.325	31.778	6.411	(26.712)	442.686
Variação valor justo ativo biológico	21.336	-	29.402	-	-	50.738
Custo dos produtos vendidos	(104.307)	(211.794)	(25.819)	(3.551)	25.381	(320.090)
Lucro bruto	77.913	58.531	35.361	2.860	(1.331)	173.334
Despesas operacionais	(18.162)	(38.014)	(3.795)	(2.824)	(23.200)	(85.995)
Resultado operacional antes do						
Resultado financeiro	59.751	20.517	31.566	36	(24.531)	87.339
Resultado financeiro	(22.657)	(18.408)	(746)	(206)	398	(41.619)
Resultado operacional líquido	37.094	2.109	30.820	(170)	(24.133)	45.720
Ativo Total	676.499	170.681	128.072	4.456	165.052	1.144.760
Passivo Total	295.008	63.381	14.421	2.677	302.143	677.630
Patrimônio Líquido	285.388	-	119.958	1.507	60.277	467.130
						Consolidado
						31/12/2009
	Papel	Embalagem P.O	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:						
Mercado interno	95.423	192.567	13.453	3.913		305.356
Mercado externo	31.736	-	12.905	-	-	44.641
Receita de vendas para terceiros	127.159	192.567	26.358	3.913	-	349.997
Receitas entre segmentos	12.916	859			(13.775)	-
Vendas líquidas totais	140.075	193.426	26.358	3.913	(13.775)	349.997
Variação valor justo ativo biológico	4.052	-	(356)			3.696
Custo dos produtos vendidos	(103.753)	(154.267)	(20.349)	(2.449)	13.611	(267.207)
Lucro bruto	40.374	39.159	5.653	1.464	(164)	86.486
Despesas operacionais	(22.617)	(31.489)	(2.694)	(2.210)	5.366	(53.644)
Resultado operacional antes do						
Resultado financeiro	17.757	7.670	2.959	(746)	5.202	32.842
Resultado financeiro	2.099	11.655	(417)	(392)	(100)	12.845
Resultado operacional líquido	19.856	19.325	2.542	(1.138)	5.102	45.687
Ativo Total	661.139	139.704	129.092	3.099	129.431	1.062.465
Passivo Total	317.604	83.648	15.182	860	202.450	619.744
Patrimônio Líquido	292.435	-	99.827	-	50.459	442.721

O saldo na coluna Corporativa/eliminações envolve substancialmente despesas da unidade corporativa não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos, as quais são realizadas a preços e condições usuais de mercado.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas comuns à Companhia pela NCG – Necessidade de Capital de Giro de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

c) Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas de 2010 totalizaram R\$ 442.686 (R\$ 349.997 em 2009).

A receita líquida de vendas para o mercado externo em 2010 totalizou R\$ 44.603 (R\$ 44.641 em 2009), distribuída por diversos países, conforme composição abaixo:

31.12.10 Consolidado			31.12.09 Consolidado		
País	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total	País	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total
Argentina	8.825	2,0%	Holanda	8.382	2,4%
Holanda	7.749	1,8%	Argentina	6.839	2,0%
Arábia Saudita	6.731	1,5%	Arábia Saudita	6.593	1,9%
Paraguai	3.120	0,7%	França	3.414	1,0%
França	3.045	0,7%	Paraguai	3.338	1,0%
Chile	2.747	0,6%	Venezuela	1.966	0,6%
Peru	2.059	0,5%	Peru	1.788	0,5%
Africa do Sul	1.722	0,4%	Africa do Sul	1.673	0,5%
Alemanha	1.340	0,3%	Chile	1.473	0,4%
Noruega	1.144	0,3%	Noruega	1.073	0,3%
Estados Unidos	1.086	0,2%	Uruguai	985	0,3%
Bolívia	894	0,2%	Bolívia	734	0,2%
Espanha	811	0,2%	Colômbia	615	0,2%
Uruguai	612	0,1%	Estados Unidos	612	0,2%
Colômbia	598	0,1%	Coreia	494	0,1%
Outros países	2.121	0,5%	Outros países	4.664	1,3%
	<u>44.603</u>	<u>10,1%</u>		<u>44.641</u>	<u>12,8%</u>

As receitas líquidas de vendas da Companhia em 2010 no mercado interno representaram R\$ 398.083 (R\$ 305.356 em 2009).

No ano de 2010, um único cliente representava mais de 10% das vendas, com uma participação de 19,1% das receitas líquidas deste mercado no segmento Embalagem PO, equivalente a R\$ 51.500. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo são pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum outro cliente.

35. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de Setembro de 2010,

aprovou o encerramento das atividades de fabricação de móveis em sua unidade própria localizada em Rio Negrinho/SC, bem como autorizou a diretoria a alienar seus ativos. As operações foram efetivamente encerradas em Outubro de 2010, entretanto a Companhia manterá sua estratégia de venda de móveis no mercado interno através de sua controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os resultados da operação descontinuada estão apresentados conforme segue.

Resultado de operação descontinuada

	2010	2009
Receita líquida	7.870	31.563
Custo dos produtos vendidos	(10.588)	(30.467)
Prejuízo (lucro) bruto	(2.718)	1.096
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(2.040)	(5.055)
Resultado financeiro	(1.124)	(256)
Outras receitas e despesas operacionais	(69)	(1.301)
Prejuízo operacional antes dos efeitos tributários	(5.951)	(5.516)
Imposto de renda e contribuição social	2.023	1.875
Prejuízo líquido de operação descontinuada	(3.928)	(3.641)

O Resultado financeiro de operações descontinuadas é formado principalmente por receitas e despesas comuns as demais unidades da Companhia, e que são distribuídos para cada segmento pela NCG – Necessidade de Capital de Giro.

36. CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS DE UNIDADES PRODUTIVAS

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui 2 contratos de aluguel de unidades produtivas, além de outros pequenos contratos de aluguel de unidades comerciais e administrativas, todos classificados como arrendamento mercantil operacional, e alocados para despesa em cada exercício pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

Os contratos de aluguel de unidades produtivas estão representados conforme segue:

- a) Contrato de locação firmado em 20 de outubro de 2009 e aditado em 24 de março de 2010 com a controlada Irani Trading S.A, que é proprietária de imóvel industrial localizado em Vargem Bonita, SC. O contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início que se deu em 01 de janeiro de 2010 e seu valor locatício é de R\$ 1.364 mensais fixos.
- b) Contrato de locação firmado em 26 de dezembro de 2006, referente aluguel da unidade Embalagem em Indaiatuba, SP, com vigência de 20 anos e valor mensal contratado de R\$ 125, reajustado anualmente pela variação do IGPM.

Os valores de alugueis reconhecidos como despesa em 2010 e 2009 pela controladora, líquidos de impostos quando aplicáveis são:

- Aluguéis de unidades produtivas = R\$ 18.043 (R\$ 1.618 em 2009)
Em 2010 iniciou aluguel com a controlada Irani Trading S.A.
- Aluguéis de unidades comerciais e administrativas = R\$ 293 mil (R\$ 282 em 2009)

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, calculados a valor de 31 de dezembro de 2010 totalizam um montante mínimo de R\$ 97.780.

	<u>até um ano</u>	<u>depois de um ano até cinco anos</u>	<u>depois de cinco anos</u>	<u>Total</u>
Aluguéis mínimos futuros	18.200	61.636	17.944	97.780